

GLOBALIZAÇÃO E MERCADO DE TRABALHO: EDUCAÇÃO E EMPREGABILIDADE

Maria Arlete Duarte de Araújo*
Djalma Freire Borges*

RESUMO

As mudanças em curso no sistema produtivo, baseadas em um conjunto de inovações técnica e organizacional têm provocado profundas alterações no mundo do trabalho, particularmente no que diz respeito às novas exigências de qualificação. O novo padrão de produção baseado na microeletrônica tem imposto um conjunto de conhecimentos e habilidades ao trabalhador, que deve ser capaz de trabalhar em ambientes de constantes mutações, lidar com conceitos mais abstratos, operar máquinas mais sofisticadas e executar processos complexos de monitoramento do processo produtivo.

O artigo propõe discutir até que ponto a educação, em sentido amplo, e a formação profissional, em sentido mais estrito, no contexto de reconfiguração do mercado de trabalho, pode de fato constituir a solução da "empregabilidade" do trabalhador, levando-se em conta a realidade brasileira.

O artigo conclui que a qualificação como condição de empregabilidade não pode ser aceita sem uma análise crítica, sob pena de mascarar dificuldades estruturais do mercado de trabalho, de retirar a responsabilidade do governo na adoção de políticas públicas, de isentar as empresas de sua responsabilidade social e de atribuir ao indivíduo toda e qualquer responsabilidade por sua inserção no mercado de trabalho.

ABSTRACT

The ongoing changes in the productive system, which are based on a range of technical and organisational innovations, have brought about deep changes in the world of labour, in particular in relation to new demands for qualification. The new production paradigm with a microelectronics basis now requires new knowledge and skills from the part of the workers, who have to be able to adapt to constant changes, deal with more abstract concepts, operate more sophisticated machines and monitor complex processes in the productive system. Thus, the worker's ability to place themselves in the labour market now depends on their qualifications.

The paper seeks to discuss the extent to which education in a broad sense as well as professional education in a narrow sense can, in the context of a changing labour market, constitute a helping hand for people to find jobs in the Brazilian context.

The paper's conclusion is that qualification alone cannot be accepted as a driving force in workers' efforts to find jobs without a critical assessment of the more structural, existing difficulties in the labour market. This idea would lead to several shortcomings: that the government would be justified in its policies towards the matter; that firms would be released of any social responsibility; that the individual would be attributed sole responsibility for their insertion into the labour market.

* Universidade Federal do Rio Grande do Norte Centro de Ciências Sociais Aplicadas-CCSA Programa de Pós-Graduação em Administração, Campus Universitário - Natal- RN

As mudanças em curso no sistema produtivo, baseadas em um conjunto de inovações de natureza técnica e organizacional têm provocado profundas alterações no mundo do trabalho, particularmente no que diz respeito às novas exigências de qualificação. Entre as inovações de base técnica, destaca-se a automação flexível pelo conjunto de modificações introduzidas no processo de produção. Já entre as inovações organizacionais, destacam-se, entre outros, os programas de qualidade, as células de fabricação, a adoção do estoque zero, a polivalência e multifuncionalidade do trabalhador, as parcerias com fornecedores e clientes, a externalização das atividades produtivas.

Em um contexto de globalização das relações políticas, econômicas, sociais e culturais, essas mudanças estão ocorrendo de forma acelerada, pressionadas pela concorrência entre as empresas e pela adoção por parte das empresas de procedimentos inovadores em termos de gestão, capazes de inseri-las de modo competitivo em um mundo sem fronteiras. Assim, apesar das diferenças existentes entre as empresas, setores, regiões e países, há uma forte tendência a homogeneizar um modo de gerenciamento da força de trabalho. Isto decorre da intensificação e generalização "do processo de dispersão geográfica da produção ou das forças produtivas, compreendendo o capital, a tecnologia, a força de trabalho, a divisão do trabalho social, o planejamento e o mercado" (Ianni, 1996: 47)

O novo padrão de produção baseado na microeletrônica tem modificado não só a forma de produção, agora flexível e diversificada, mas imposto um conjunto de conhecimentos e habilidades ao trabalhador, que deve ser capaz de trabalhar em ambientes de constantes mutações, lidar com conceitos mais abstratos, operar máquinas mais sofisticadas e executar processos complexos de monitoramento do processo produtivo.

Verifica-se, assim, uma ruptura com o paradigma taylorista/fordista cujas bases de sustentação são o trabalho especializado, fragmentado e controlado pela gerência, a produção e o consumo de massa. A extrema especialização do trabalho neste paradigma não colocava maiores exigências educacionais para os trabalhadores, dado que a concepção do trabalho era de responsabilidade da gerência. Assim, eram enfatizadas as habilidades manuais em detrimento de aptidões cognitivas e conhecimentos teóricos. No atual paradigma de acumulação flexível, subverte-se esta escala de prioridades. Exige-se novos atributos de qualificação, como raciocínio lógico, capacidade de aprender, resolver problemas e tomar decisões, compreensão de processos, polivalência cognitiva, versatilidade no trabalho.

"Desse ponto de vista, a educação - reduzida a um papel marginal na preparação dos trabalhadores no paradigma anterior, visto que a grande maioria da mão-de-obra se destinava à realização de tarefas atomizadas, rotineiras e repetitivas, se vê resgatada, já que o novo padrão tecnológico demanda outro gênero de capacidades, cujo desenvolvimento só pode ser assegurado por ela". (Assis, 1994: 190)

RECONFIGURAÇÃO DO MERCADO DE TRABALHO E QUALIFICAÇÃO

No Brasil, as transformações no mundo do trabalho, decorrentes inicialmente de modificações de base técnica nos anos 80, somente ganharam maior densidade a partir dos anos 90, quando as empresas de forma sistemática deram início à incorporação de inovações organizacionais. Esse processo, consequência da abertura econômica, ao expor o país à concorrência internacional, não só introduziu novas questões no mundo do trabalho - a necessidade de se contar com pessoal qualificado para aumentar os índices de produtividade e competitividade das empresas, a desregulamentação e flexibilidade do trabalho - como contribuiu enormemente para reconfigurar o mercado de trabalho.

O mercado de trabalho no Brasil marcado por elevadas taxas de rotatividade e baixos salários, apresenta agora de forma ainda mais acentuada, um elevado grau de informalidade e de precarização das relações de trabalho. Proliferam os trabalhos temporários, em tempo parcial, a extensão da jornada de trabalho, o trabalho sem carteira assinada, o trabalho terceirizado e sem benefícios sociais. Por outro lado, as empresas têm aumentado a demanda por trabalhadores mais qualificados para lidar com novas tecnologias.

Paralelamente, ganha espaço a idéia de que em uma economia marcada por elevadas taxas de desemprego estrutural, a probabilidade de inserção no mercado de trabalho passa a ser profundamente determinada pelo nível de qualificação do trabalhador. Esta qualificação passa não apenas pela idéia de maior escolaridade, mas, principalmente, pela exigência de conhecimentos gerais, capacidade de trabalhar em equipe, de planejar, de adaptar-se com facilidade às mudanças, de inovar e de aprender continuamente. Nesta equação,

"os principais perdedores são os trabalhadores com muito capital humano específico e pouco capital humano geral, os quais sofrem com a deterioração da qualidade e do rendimento do trabalho causada pela depreciação acelerada e, em alguns casos irreversível do seu capital humano, dificultando, assim, a probabilidade e/ou qualidade de sua reinserção no mercado." (Alves e Soares, 1997:138)

Nesta perspectiva, a facilidade de inserção no mercado de trabalho está diretamente relacionada à qualificação do trabalhador, dado que em um mundo que se modifica com velocidade e que se sustenta no conhecimento, este atributo assume papel decisivo no novo paradigma de produção.

"As características e os desafios de uma economia globalizada e competitiva redefinem o problema do emprego e exigem novos conceitos. Um deles é o de empregabilidade, entendida como um atributo que o trabalhador deve possuir para que aumente a possibilidade de manter seu emprego ou de obter uma nova ocupação. Assim, aumentam de importância os requisitos da educação básica, formação profissional e de requalificação para se manter ou conquistar um posto de trabalho de qualidade" (Brasil, 1999:8)

Emerge, então, no contexto de uma economia globalizada, um novo perfil de qualificação para o trabalhador, em que sobressai, num primeiro plano, a importância da educação básica.

"O núcleo de conhecimentos, habilidades e atitudes adquiridos ao longo do processo educacional constitui um requisito essencial para que a força de trabalho possa ampliar as oportunidades de incorporação e de desenvolvimento no futuro mercado de trabalho, objetivando sua valorização pessoal e profissional e o atendimento às novas exigências de qualificação."

Da mão-de-obra será exigida maior capacidade de auto-aprendizagem, compreensão dos processos, capacidade de observar, de interpretar, de tomar decisões e de avaliar resultados. É necessário, ainda, o domínio da linguagem técnica, a capacidade de comunicação oral e escrita, a disposição e habilidade para trabalhar em grupos, a polivalência cognitiva e a versatilidade funcional no trabalho". (Alves e Vieira, 1997: 69)

A importância da qualificação para inserção no mercado de trabalho é reforçada através de estatísticas divulgadas pelo Ministério do Trabalho, ao afirmar que desde 1994 as pessoas com idade intermediária, entre 25 e 39 anos, têm aumentado sua participação no mercado de trabalho e que as explicações podem ser encontradas em dois fatos:

"tem crescido a exigência das empresas por trabalhadores mais experientes e mais qualificados, justamente o que oferecem os jovens maduros; (...) segundo, os mais jovens estão postergando sua entrada no mercado de trabalho. Essa situação ocorre, provavelmente, porque esses mais jovens preferem ficar mais tempo na escola, seja formal, seja em cursos de qualificação profissional, antes de ir ao mercado. E por que? Porque as empresas demandam maior qualificação e os jovens valorizam a educação" (Amadeo, 1999:1)

O Ministério do Trabalho informa também que têm sido gerados mais empregos para os trabalhadores com mais anos de estudo.

"O emprego dos trabalhadores com menos de cinco anos de estudos caiu 8% entre 1992 e 96. E o emprego de trabalhadores com cinco a oito anos de estudos cresceu quase 20%, enquanto o emprego do grupo de 9 a 11 anos cresceu 28%. Vê-se, portanto, que por trás do crescimento de 8% do emprego médio total, esconde-se um crescimento muito significativo do emprego de trabalhadores com níveis mediano e alto de instrução"(Amadeo,1999: 1) .

Ainda em relação à escolaridade, dados do Ministério do Trabalho apontam que *"nas seis maiores regiões metropolitanas do país, o volume de empregos para os trabalhadores entre 0 e 4 anos de estudos caiu de 37% do total de 1994 para 29% do total em 1998. Ao mesmo tempo, foram os empregos que ocupavam trabalhadores entre 9 e 11 anos de estudos os que mais aumentaram sua participação, passando de 22,2% para 26,9% do total de empregos existentes no final do período"*(Amadeo,1999: 2)

A idéia subjacente é de que há uma exigência das empresas por trabalhadores mais qualificados e que os trabalhadores estão perdendo os seus empregos por não possuírem tais qualificações. Logo, os postos de trabalho novamente estarão à disposição dos trabalhadores, quando os mesmos tiverem a qualificação adequada.

Esta idéia é tão forte a partir dos anos 90, que a temática da formação profissional passa a ocupar um papel de relativo destaque nos acordos e convenções coletivas entre trabalhadores e empregadores. A preocupação dos trabalhadores pode ser traduzida nos marcos de três diretrizes principais:

"intervir no debate sobre formação profissional com propostas próprias, oriundas de definições políticas e do mais apurado diagnóstico das condições reais do mundo do trabalho;

fortalecer a articulação entre educação básica e formação profissional como um dos princípios orientadores das ações sindicais sobre e educação do trabalhador;

promover a articulação das questões da formação profissional com as demandas por garantia de emprego, remuneração digna, organização dos trabalhadores por local de trabalho e políticas públicas que garantam o desenvolvimento social do país". (Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos-DIEESE,1996:7).

EDUCAÇÃO E EMPREGABILIDADE

A questão que se coloca é saber até que ponto a educação, em sentido amplo, e a formação profissional, em sentido mais estrito, no contexto da reconfiguração do mundo do trabalho, pode de fato constituir-se a solução da "empregabilidade" do trabalhador.

Para aprofundarmos a discussão é pertinente fazermos uma discussão sobre o desemprego e o perfil educacional da força de trabalho . Somente assim poderemos ter clareza das reais possibilidades da educação em garantir a inserção do trabalhador no mercado de trabalho.

As transformações econômicas recentes têm produzido desemprego crescente. Os elevados níveis de desemprego que o Brasil apresenta não têm uma única explicação.

"Há três tipos básicos de desemprego ocorrendo ao mesmo tempo e, muitas vezes, interligados. O desemprego conjuntural, provocado pela gestão da política econômica ; o tecnológico, resultante dos processos de introdução das novas tecnologias , de técnicas organizacionais e de racionalização do processo produtivo; e o de exclusão, decorrente da desqualificação para o trabalho nos núcleos mais dinâmicos da economia." (DIEESE,1996:1)

Estes tipos de desemprego alimentam-se reciprocamente. A redução no nível de atividade econômica provocada pela política de juros elevados e a contenção de

gastos e investimentos no setor público, associados à abertura comercial que expôs as empresas à concorrência internacional e à modernização de seus processos produtivos e práticas de gestão, potencializam as dificuldades de geração de postos de trabalho na economia brasileira.

"Segundo dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados- CAGED - do Ministério do Trabalho, no setor formal do mercado de trabalho, onde estão os trabalhadores protegidos por contratos de trabalho e pelos estatutos públicos, foram eliminados cerca de 2,560 milhões de empregos entre janeiro de 1990 e dezembro de 1997. Cerca de 60% desses empregos situaram-se na indústria de transformação. O volume e a rapidez de declínio no número de postos de trabalho originam-se do processo de abertura comercial que substituiu o antigo modelo de industrialização protegida, característica do desenvolvimento brasileiro até o final dos anos 80" (Brasil, 1999: 21).

No que se refere apenas ao setor industrial, constatou-se que

"o Brasil exportou cerca de 1,240 milhão de empregos da indústria entre 1985 e 1998. (...) O total de empregos na indústria nacional caiu de 4,2 milhões para 2,4 milhões. Uma queda de 43%. Nesse mesmo período, a produção industrial teve um incremento de apenas 2,7%. Em compensação, as importações de produtos industrializados registraram um crescimento de 75%. A diferença entre esses dois indicadores, de cerca de 70%, indica a porção dos empregos eliminados pela indústria nacional" (Folha de SP, 8 de março de 1999).

Apesar desses dados já indicarem uma redução drástica nas oportunidades de emprego, o desemprego pode assumir contornos ainda mais dramáticos. O nível de modernização tecnológica das empresas ainda pode ser considerado baixo, existindo a possibilidade concreta de ampliação dos níveis de desemprego pela adoção de novas tecnologias. Outrossim, a situação econômica do país, de recessão, inibe novas oportunidades de emprego, seja por parte da iniciativa privada seja por parte do poder público.

Para Pochmann,

"sendo a importação um fundamento do plano de estabilização monetária, assim como as taxas de juros nas alturas (para atrair os recursos do exterior que dão sustentação ao real) e a compressão dos gastos e dos investimentos do setor público (para que sobrem mais recursos para o pagamento dos juros), a situação do emprego e a participação do rendimento assalariado na renda nacional tendem a piorar ainda mais, principalmente agora que o governo optou novamente pela desaceleração da economia". (FSP, 25.3.1998)

Ou como afirma Dedecca (1997: 14):

"a falta de sintonia entre produção e emprego decorre da pressão competitiva imposta pela nova política econômica sobre a estrutura industrial local, que foi obrigada a proceder a um ajuste produtivo para sobreviver no novo contexto econômico. Entretanto, na falta de uma política industrial, num contexto de rápido sucateamento dos equipamentos, de elevado custo do dinheiro no mercado interno e do processo de internacionalização dos setores nacionais mais débeis, as empresas industriais acabaram por adotar políticas defensivas, racionalizando a produção através da redução seletiva dos seus mercados, da modernização parcial de suas plantas e da terceirização de produção e serviços de apoio. Desenvolve-se uma modernização às avessas, pois a racionalização provoca no melhor dos casos, uma desindustrialização parcial, reduzindo as relações intersetoriais e induzindo a uma maior especialização e internacionalização da estrutura produtiva local".

A expectativa de redução do PIB de 3,5% a 4% em 1999, sinaliza também para a impossibilidade de reversão dessa situação pelo menos no curto prazo. O Brasil ocupa atualmente o quarto lugar no mundo em número de desempregados, totalizando 6.649,9 milhões em 1998, atrás apenas da Índia, Indonésia e Rússia, segundo dados publicados pelo Jornal Folha de São Paulo em 21.01.1999.

Estes dados indicam que o combate ao desemprego em suas múltiplas formas não é uma tarefa fácil. De um lado, o nível de atividade econômica é sensível à política macroeconômica, ajustes na política fiscal, cambial e monetária. De outro lado, parte

do desemprego é resultado da reestruturação tecnológica e da adoção de novos procedimentos gerenciais que as empresas vêm praticando para inserir-se de forma competitiva na economia globalizada. Ao introduzirem tecnologias cada vez mais sofisticadas, é possível produzir bens e serviços em volumes expressivos, empregando uma força de trabalho cada vez menor. Assim, o processo de reestruturação das empresas em um cenário recessivo, cria condições extremamente difíceis para os trabalhadores.

Fica claro também que a inserção no mercado de trabalho cada vez mais restrito, seletivo e em mutação constante, é uma tarefa extremamente difícil.

Nesta perspectiva, é indiscutível a vantagem competitiva dos trabalhadores que possuem melhor qualificação ao disputarem uma vaga no mercado de trabalho. Isto não significa, no entanto, que o lugar no mercado de trabalho esteja garantido. Significa apenas que há um diferencial em termos de competência, que o mercado de trabalho poderá ou não demandar.

"Apesar de ser um elemento importante para a análise do emprego, a educação não pode resolver problemas que fogem de sua alçada, como o da crescente utilização de uma tecnologia poupadora de mão-de-obra no quadro de um modelo de desenvolvimento baseado em relações de trabalho autoritárias e em relações de produção centradas na busca do lucro e na concentração do capital". (Leite, 1997:65)

Esta compreensão é necessária para desmistificar a tese de que a qualificação garante a empregabilidade. Esta tese é decorrente do

"falso pressuposto de que o desemprego não é causado por um desequilíbrio entre as dimensões da população economicamente ativa e as ofertas de trabalho no contexto das atuais relações de trabalho e de produção, mas sim por inadequações dessa população às exigências de qualificação colocadas pelo novo paradigma produtivo. Isto implica a suposição de que há oferta de trabalho para toda a população economicamente ativa e que se trata, portanto, de adaptar a demanda de emprego por parte dos trabalhadores às exigências da oferta. Ou seja, parte-se do princípio de que os trabalhadores que estão desempregados encontram-se nessa situação não porque haja falta de emprego, mas porque não se adaptaram às novas exigências de qualificação das empresas ou, em outras palavras, porque não apresentaram o perfil de qualificação exigido pelos novos conceitos de produção" (Leite, 1997:64/65)

Em outras palavras, a qualificação como elemento isolado é insuficiente para garantir o emprego na ausência de crescimento econômico. E assim sendo, é pertinente indagar se o aumento da demanda por uma mão-de-obra mais escolarizada não faz parte da estratégia de recrutamento e seleção por parte das empresas em um contexto de mão-de-obra abundante. Como afirma Alves e Soares (1997:143):

"o aumento da demanda por mão-de-obra com maior nível de escolaridade formal pode relacionar-se ao aumento da oferta de indivíduos mais educados, de modo que as empresas possam vir a valorizar aquele atributo como um critério de seleção, e não necessariamente como uma exigência do processo de modernização produtiva".

Ou seja, em uma situação de escolha ampliada, o capital transfere parte do seu custo de treinamento de mão-de-obra para o trabalhador, que deve qualificar-se continuamente para poder ocupar uma vaga no mercado de trabalho. O discurso de novas exigências e de crescente qualificação encontra espaço e ganha concretude, até mesmo para ocupações simples que não exigem nada além de conhecimentos básicos.

Outro aspecto, igualmente importante, para análise da qualificação como condição de inserção no mercado de trabalho, é a situação do perfil educacional da força de trabalho, dado que esta análise permite identificar os desafios de qualificação vivenciados pelos trabalhadores no processo de reestruturação produtiva.

Os indicadores educacionais -níveis de escolarização, evasão, repetência e analfabetismo - fruto de anos e anos de uma ação descompromissada do Estado com a educação, constituem uma barreira quase intransponível para inserção do país no mundo globalizado. Compartilhando da opinião de Coutinho e Ferraz (1995: 107),

"A crise brasileira aparece hoje com uma gravidade que a aproxima de um verdadeiro desastre. Há, no Brasil mais de 30 milhões de analfabetos, mas o quadro de desastre vai mais além: "mais de 2/5 das pessoas com idade igual ou superior a 10 anos não alcançaram o quarto ano de escolarização e 3/5 não passaram do quarto

ano. Entre a população com idade entre 10 e 17 anos, 3/5 estudam, 13% trabalham e estudam, e nada menos de 16% já abandonaram os estudos e apenas trabalham".

Se esse quadro por si só já não fosse desalentador, dados recentes mostram que as pessoas levam tempo demasiado para concluírem o nível básico de escolarização.

"Embora o acesso ao primário seja praticamente generalizado, o tempo médio de permanência nos oito anos regulares é de 8,7 anos, de 6,4 anos para os que abandonam sem concluir e de 11,8 anos para os que concluem. Entre os que concluem, 34% dos ingressantes, apenas 2 a 3% o fazem sem repetência. Nada menos do que o equivalente a 21 anos de ensino são necessários para cada aluno que completa o ensino primário" (Ribeiro apud Coutinho e Ferraz, 1995:109).

Em decorrência, as possibilidades para lidar com novas exigências de um mundo informatizado estão previamente limitadas por indicadores de instrução tão ruins.

Logo, como obter e manter um emprego com níveis de escolaridade tão baixos, se o paradigma atual de produção exige um perfil de trabalhador com capacidade de enfrentar desafios e resolver problemas, com grande conhecimento teórico e polivalência para lidar com situações imprevisíveis? Como obter e manter um emprego se a realidade educacional exclui um grande contingente de trabalhadores das oportunidades de desenvolvimento de novas habilidades?

Em um mercado de trabalho restritivo em termos de postos de trabalho e mais seletivo quanto a força de trabalho, a escolaridade e a oportunidade de aprender coisas novas são elementos que certamente aumentam as chances de inserção no mercado de trabalho. Quando o indivíduo está à margem de um processo de escolarização e em decorrência marginaliza-se de outras oportunidades de desenvolvimento de novas habilidades, de novas competências, esta é uma das formas de exclusão social do mercado de trabalho. Ou seja, o indivíduo nem sequer disputa uma vaga. Suas condições de aprendizagem são tão precárias que o processo de exclusão ocorre com "naturalidade".

Os dados acima evidenciam claramente o esforço gigantesco que o sistema educacional deve fazer para alterar este quadro. Em uma sociedade globalizada onde o conhecimento é fator de competitividade, em que as exigências cognitivas sobre os trabalhadores assumem um peso muito grande, é dramática a situação do Brasil. Como pode o país ser competitivo se conta com níveis de escolaridade - importante indicador de medida da qualidade da força de trabalho- tão baixos? Outrossim, evidenciam também como o desemprego de exclusão - aquele decorrente do baixo nível de qualificação dos trabalhadores- é difícil de ser revertido.

"Por isso, o sistema educacional ao lado das tarefas tradicionais de melhorar a qualidade do ensino básico e ampliar a cobertura do segundo grau, tem que ser capaz de renovar-se no sentido de privilegiar novas aptidões, especialmente o desenvolvimento daquelas que, de forma dinâmica, podem ser construídas em paralelo às modificações nos processos de produção" (Coutinho e Ferraz 1995:112)

Se por um lado, a ausência de crescimento econômico e os níveis de emprego atuais não conseguem absorver a totalidade dos trabalhadores que procuram emprego, por outro lado, as carências educacionais são tão gritantes, que dificilmente a maioria dos trabalhadores conseguirá superar estas deficiências e se capacitar para atender às novas exigências do setor produtivo.

Como afirma Rifkin(1995: 38) ao analisar a economia americana, não há nenhuma razão para pensar que seria diferente no Brasil:

"os poucos bons empregos disponíveis na nova economia global da alta tecnologia estão no setor do conhecimento. É ingenuidade acreditar que grandes números de trabalhadores sem qualificação e semiqualeificados, trabalhadores administrativos e operários possam ser treinados para tornarem-se físicos, cientistas da computação, técnicos de alto nível, biólogos moleculares, consultores empresariais, advogados, auditores, etc. Para começar, a lacuna nos níveis educacionais entre aqueles que precisam de emprego e o tipo de cargos de alta tecnologia disponíveis é tão grande que nenhum programa de retreinamento poderia esperar atualizar de forma adequada o desempenho profissional de trabalhadores para que estivessem à altura do número limitado de oportunidades de cargos especializados que existem".

Na sociedade do conhecimento, o trabalho qualificado crescerá em função das mudanças tecnológicas na produção e organização do trabalho. Há um novo perfil de trabalhador que só pode ser alcançado com um sistema educacional renovado, capaz de preparar o trabalhador não apenas para lidar com novas tecnologias, mas para exercer com plenitude a sua capacidade de crítica, de reflexão sobre a sociedade em que vive. E isto certamente não é uma tarefa fácil.

É claro que investir na qualificação é uma iniciativa importante e necessária em um mundo que se modifica com velocidade. A qualificação facilita a aquisição de novas habilidades e conhecimentos, permite lidar com novas tecnologias, consolida competências profissionais. O que não é possível é analisar as oportunidades de emprego descoladas do contexto econômico e social em que surgem. Ou seja, a qualificação como condição de empregabilidade não pode ser aceita sem uma análise crítica, sob pena de mascarar dificuldades estruturais do mercado de trabalho, de retirar a responsabilidade do governo na adoção de políticas públicas, de isentar as empresas de sua responsabilidade social e de atribuir ao indivíduo toda e qualquer responsabilidade por sua inserção no mercado de trabalho.

BIBLIOGRAFIA

- ALVES, Edgard L. G. e SOARES, Fabio V. Ocupação e escolaridade : tendências recentes na grande São Paulo. In: ALVES, Edgard L. G. (org) Modernização produtiva das relações de trabalho: perspectivas de políticas públicas. Petrópolis, RJ: Vozes, Brasília, DF: IPEA, 1997
- ALVES, Edgard L. G e VIEIRA, Carlos A. dos Santos. Qualificação Profissional: uma proposta de política pública. In: ALVES, Edgard L. G (org).op. cit.
- AMADEO, Edward. Mercado de Trabalho Brasileiro: Rumos, desafios e o papel do Ministério do Trabalho. www.mtb.gov.br/public/mercado, 18.01.1999
- ASSIS, Marisa de . A educação e a formação profissional na encruzilhada das velhas e novas tecnologias. In: FERRETI, João C. et all (org) Novas Tecnologias, Trabalho e Educação: um debate multidisciplinar. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994
- COUTINHO, Luciano G. e FERRAZ, João C. Estudo da competitividade da Indústria Brasileira. 3 ed. Campinas, SP: Papyrus, Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1995
- DEDECCA, Cláudio S. Brasil e México: economia e emprego. Revista São Paulo em Perspectiva, 11(1), 1997
- Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socieconômicos-Conjuntura, abril/96
- Jornal Folha de São Paulo. Brasil exporta 1,2 milhão de empregos. 08.03.1999
- Jornal Folha de São Paulo, 21.01.1999
- IANNI, Octávio. Teorias da Globalização. 2 ed. RJ: Civilização Brasileira, 1996
- LEITE, Márcia de Paula. Qualificação, Desemprego e Empregabilidade. Revista São Paulo em Perspectiva, 11(1), 1997
- BRASIL. Ministério do Trabalho. Emprego no Brasil; Diagnóstico e Políticas. www.mtb.gov.br/public/emprego, 23.01.1999
- RIKFIN, J. O Fim dos Empregos: o declínio inevitável dos níveis dos empregos e a redução da força global de trabalho. SP: Makron Books, 1995
- POCHMANN, Márcio. Os prejuízos dos trabalhadores nos anos 90. Folha de São Paulo, 25 de Março de 1998.